



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO

2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA

GILVANI PEREIRA ROSA

Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do
Município de Água Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE

Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO
SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Águia Branca

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca

Gestor responsável: Gilvani Pereira Rosa

Exercício: 2023

1. RELATÓRIO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno – RELUCI, sobre as contas do exercício financeiro de 2023 da Unidade Gestora – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca – ÁGUA BRANCA PREV.

O presente relatório compõe a opinião acerca da Prestação de Contas Anual da Unidade Gestora - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca – ÁGUA BRANCA PREV, sob responsabilidade do Ordenador de Despesa, Gilvani Pereira Rosa, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2023, a Unidade Gestora encaminhou, a esta Controladoria Geral, em 01/03/2024 as peças contábeis da Prestação de Contas Anual para análise.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988¹, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

¹ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

TABELA REFERENCIAL 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2020 DO TCEES

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 1.1.2 – Despesa – realização sem prévio empenho						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho.	Relatório de Auditoria do Processo nº 2371/2023	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Despesas empenhadas do dia 01/01/2023 a 31/07/2023 no total de R\$ 3.551.208,78 Total de processos de despesa no período de 01/01/2023 a 31/07/2023: 83 processos Período Analisado: 01/01/2023 a 31/07/2023	Amostra de despesas no valor de: R\$ 3.551.208,78 Amostra: 100% dos processos de despesa. Período Analisado: 01/01/2023 a 31/07/2023

Análise realizada através de Procedimento de Auditoria de Conformidade, com exame documental dos processos de despesas selecionados, que conferem a confiabilidade de 100% (cem por cento) da conformidade das despesas empenhadas. Partindo da análise do valor total da despesa empenhada no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca no período de 01/01/2023 a 31/07/2023 que foi de R\$ 3.551.208,78 (três milhões quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e oito reais e setenta e oito centavos), verifica-se a conformidade dos processos de empenho das despesas da Unidade Gestora.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.1 – Registro por competência - despesas previdenciárias patronais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Listagem de pagamentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Em análise aos pagamentos realizados pela unidade gestora, nota-se que o Instituto de Previdência não possui despesas com obrigações previdenciárias, tendo em vista que o órgão não possui servidores concursados, sendo aqueles que atuam, cedidos pela Unidade gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca.	Listagem de pagamentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca Período: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.2 – Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	BALEXOD - Balancete da Execução Orçamentária da Despesa Listagem de Pagamentos das contribuições patronais do Instituto de Previdência Águia Branca ao RGPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Em análise aos pagamentos realizados pela unidade gestora, nota-se que o Instituto de Previdência não possui despesas com obrigações previdenciárias, tendo em vista que o órgão não possui servidores concursados. Registra-se que o recolhimento de obrigações previdenciárias parte patronal, refere-se somente, aos serviços de terceiros (autônomos).	BALEXOD - Balancete da Execução Orçamentária da Despesa Listagem de Pagamentos das contribuições patronais do Instituto de Previdência Águia Branca ao RGPS Período analisado: 12 meses

Ponto de Controle 1.2.3 – Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
---------------	---------------------------------	---	-------------------	---------------------	--------------------------------------	----------------------------



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DEMVAP	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Em análise ao Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP, verifica-se que não há registro de VPD no exercício de 2023. DEMVAP Variações patrimoniais diminutivas financeiras – juros e encargos de mora	DEMVAP Variações patrimoniais diminutivas financeiras – juros e encargos de mora Período analisado: 12 meses
Ponto de Controle 1.2.4 – Retenção/Repasse de obrigações previdenciárias – parte servidor						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE Listagem de Pagamentos de Obrigações previdenciárias – parte servidor do Instituto de Previdência Água Branca ao RPPS Extrato mensal da Folha de pagamento no Cidades	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor ao RPPS no exercício de 2023: R\$ 17.265,18 Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor ao RGPS no exercício de 2023: R\$ 0,00 Os valores registrados no Extrato mensal da Folha de Pagamento no Cidades são compatíveis com os valores retidos e recolhidos pela unidade gestora constante do DEMCSE.	Período analisado: 12 meses Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor ao RPPS no exercício de 2023: R\$ 17.265,18 Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor ao RGPS no exercício de 2023: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Regime de Competência: Regime Próprio de Previdência Social

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Servidor, realizados ao RPPS

Mês de Referência	Data de vencimento	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2023	14/02/2023	27/01/2023	R\$ 500,56	SIM
Fevereiro/2023	14/03/2023	27/02/2023	R\$ 1223,27	SIM
Março/2023	18/04/2023	29/03/2023	R\$ 1412,85	SIM
Abril/2023	15/05/2023	27/04/2023	R\$ 1412,85	SIM
Maio/2023	15/06/2023	29/05/2023	R\$ 1412,85	SIM
Junho/2023	14/07/2023	29/06/2023	R\$ 1412,85	SIM
Julho/2023	14/08/2023	26/07/2023	R\$ 1412,85	SIM
Agosto/2023	15/09/2023	29/08/2023	R\$ 1412,85	SIM
Setembro/2023	16/10/2023	28/09/2023	R\$ 1412,85	SIM
Outubro/2023	16/11/2023	26/10/2023	R\$ 1412,85	SIM
Novembro/2023	14/12/2023	28/11/2023	R\$ 1412,85	SIM
Dezembro/2023	15/01/2024	19/12/2023	R\$ 2825,70	SIM
TOTAL			17.265,18	

*Fonte: Listagem de pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública. Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE.

Contribuições previdenciárias – parte servidor

Regime de Previdência	DEMCSE		FOLHA DE PAGAMENTO	% Registrado (A/Cx100)	% Recolhido (B/Cx100)
	Valores Retidos (A)	Valores Recolhidos (B)	Devido (C)		
Regime Próprio de Previdência Social	17.265,18	17.265,18	17.265,18	100,00	100,00

Fonte: DEMCSE; Folha de pagamento no CidadES;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.5 – Parcelamento de débitos previdenciários						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Declaração de Quitação - DELQUIT Balanço Patrimonial - BALPAT	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA: Declaração de Quitação - DELQUIT Balanço Patrimonial - BALPAT Período analisado: 12 meses	Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA: Declaração de Quitação - DELQUIT Balanço Patrimonial - BALPAT Todas as contribuições previdenciárias foram devidamente recolhidas e repassadas ao RPPS no exercício de 2023. Período analisado: 12 meses

Conforme análise extraída da Declaração de Quitação – DELQUIT, e do Balanço Patrimonial – BALPAT registra-se a não ocorrência de parcelamentos de débitos previdenciários no exercício em análise, uma vez que todas as contribuições previdenciárias foram devidamente recolhidas e repassadas ao RPPS dentro do exercício vigente.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.6 – Registro por competência - Receitas de Contribuições

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.6	Registro por competência - Receitas de Contribuições	Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DEMVAP Demonstrativo da Receita de Contribuições - DEMREC	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Regime de Competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de contribuições previdenciárias, parte patronal, parte do servidor, dos inativos e pensionistas e as decorrentes do plano de amortização	Análise das Receitas de Contribuições através do Demonstrativo da Receita de Contribuições - DEMREC Em análise ao Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP, verifica-se que o Instituto de Previdência no exercício de 2023, registrou as Contribuições previdenciárias como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).	DEMVAP Variações patrimoniais aumentativas – *Contribuições sociais *Transferências intragovernamentais Demonstrativo da Receita de Contribuições – DEMREC Período analisado: 12 meses

Ponto de Controle 1.2.7 – Registro por competência – multas e juros por atraso no pagamento

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.7	Registro por competência – multas e juros por atraso no pagamento	Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DEMVAP	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Regime de Competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de multas e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Em análise ao Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP, verifica-se que não há registro na VPA de juros decorrente de atraso no pagamento das obrigações previdenciárias no exercício de 2023.	DEMVAP Variações patrimoniais aumentativas financeiras – juros e encargos de mora Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					DEMVAP Variações patrimoniais aumentativas financeiras – juros e encargos de mora	
--	--	--	--	--	---	--

Ponto de Controle 1.2.8 – Medidas de cobrança – Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.8	Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a receber e parcelamentos a receber	Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão - 2023 Declaração de Quitação - DELQUIT BALEXOD – Balancete da Execução Orçamentária da Despesa Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS (Patronal, servidor, custo especial) de cada unidade gestora	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão - 2023 Declaração de Quitação - DELQUIT Balancete da Execução Orçamentária da Despesa BALEXOD - registro Juros e encargos da dívida: R\$ 0,00 Os valores devidos das Unidades Gestoras foram recebidos pelo RPPS na sua integralidade no exercício de 2023 não gerando medidas de cobranças.	Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão – 2023 com total de recolhimento anual das Unidades Gestoras: R\$4.282.776,26 Declaração de quitação – DELQUIT expedida pelo RPPS em que declara que recebeu todas as contribuições previdenciárias no exercício vigente, não sendo necessário a adoção de medidas de cobrança. Balancete da Execução Orçamentária da Despesa BALEXOD - registro Juros e encargos da dívida: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS (Patronal, servidor, custo especial) de cada unidade gestora.
--	--	--	--	--	--	---

Conforme análise extraída do Relatório de Gestão – RELGES, da Declaração de Quitação – DELQUIT, do Balancete da Execução Orçamentária da Despesa - BALEXOD e da Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS por unidade gestora, verifica-se que todos os encargos de contribuições previdenciárias foram recolhidos mensalmente e repassados ao RPPS em sua integralidade, constatando-se assim a inexistência de dívidas previdenciárias, não sendo necessária a adoção de medidas de cobrança pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.

Ponto de Controle 1.2.9 – Despesa administrativa do RPPS						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.9	Despesa administrativa do RPPS	DEMDAD – Demonstrativo do cumprimento do limite de gastos com despesas administrativas RELGES – Relatório de Gestão – Taxa de Administração Relatório Mensal de Taxa Administrativa do	Lei 9.717/98, art. 6º, inc. VIII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84; Lei Local.	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	Verifica-se que o total do valor empenhado com gastos de taxa administrativa do RPPS se encontra abaixo do limite fixado em lei no exercício da PCA.	DEMDAD – Demonstrativo do cumprimento do limite de gastos com despesas administrativas Total das remunerações dos servidores ativos: R\$ 7.129.115,67 Percentual de taxa administrativa fixado na legislação do RPPS: 3% Limite de gastos administrativos no exercício da PCA:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Sistema de Contabilidade Pública				R\$ 213.873,47 RELGES – Relatório de Gestão – Taxa de Administração Despesa Administrativa realizada: R\$ 186.127,34 Relatório Mensal de Taxa Administrativa do Sistema de Contabilidade Pública R\$ 186.127,34
--	--	----------------------------------	--	--	--	---

Ponto de Controle 1.2.10 – Disponibilidade Financeira – Contas específicas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	EXTBAN – Extratos bancários; Balanço Patrimonial – BALPAT; Demonstrativo de Saldos bancários – 2023 TVDISP – Termo de Verificação das Disponibilidades	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em conta específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos aplicados em respectivos fundos.	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: N° 16.518.375 – Taxa administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10	SALDO FINAL DE ENCERRAMENTO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2023 CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$6.360.544,10</u> 09.594.596/0001-70 <u>R\$4.706.007,46</u>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55 50.642.114/0001-03 50.658.938/0001-71 CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 - Previdenciário	20.230.719/0001-26 <u>R\$5.469.637,65</u> CONTA: N° 16.518.375 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$ 770.887,41</u> BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 – <u>R\$ 7.752.304,75</u> 03.543.447/0001-03 <u>R\$ 5.760.053,05</u> 07.111.384/0001-69 <u>R\$1.591.293,13</u> CONTA: N° 10672-0 - Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 <u>R\$ 161.833,27</u> CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 <u>R\$ 1.492.583,50</u> 10.740.670/0001-06 <u>R\$ 1.599.751,36</u>
--	--	--	--	--	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						23.215.097/0001-55: <u>R\$ 6.786.009,70</u>
						50.642.114/0001-03: <u>R\$1.631.573,69</u>
						50.658.938/0001-71 <u>R\$1.023.943,80</u>
						CONTAS DE DISPONIBILIDADE
						BANESTES
						CONTA 16.517.849 - Previdenciário <u>R\$ 523.021,47</u>
						CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa <u>R\$ 24.735,76</u>
						BANCO DO BRASIL - Previdenciário CONTA 10.671-2 <u>R\$27.404,46</u>

Analisando os arquivos referente aos Extratos Bancários - EXTBAN, Balanço Patrimonial – BALPAT, Termo de Verificação das Disponibilidades - TVDISP e Demonstrativo de saldos bancários de 2023, verifica-se que as disponibilidades financeiras e fundo de investimento foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor, bem como foram realizadas aplicações em fundos de investimentos específicos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.13 – Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	BALFIN – Balanço Financeiro DEMVAP – Demonstrativo das Variações Patrimoniais BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita BALEXOD – Balancete Orçamentário da despesa	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Análise Financeira do RPPS BALFIN Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 DEMVAP Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 5.905.103,51 BALVER Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização R\$ 2.032.659,53 BALEXOD Despesas empenhadas: R\$ 5.806.189,93 BALVER Cobertura de Déficit Financeiro – Fundo em Capitalização R\$ 113.578,23	Análise Financeira do RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 5.905.103,51 Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização R\$ 2.032.659,53 Despesas empenhadas: R\$ 5.806.189,93 BALVER Cobertura de Déficit Financeiro – Fundo em Capitalização R\$ 113.578,23 Valor de insuficiência financeira:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Valor de insuficiência financeira: R\$ 3.411.238,98	R\$ 3.411.238,98
--	--	--	--	--	--	------------------

Análise financeira do RPPS	
Receitas	
(+) Receitas Orçamentárias	10.219.135,76
(+) Cobertura de Déficit Financeiro – Fundo em Capitalização (Aporte do ente)	113.578,23
(-) Rendimentos de Aplicações financeiras	5.905.103,51
(-) Receita para amortização de déficit atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em Capitalização	2.032.659,53
(-) Despesas empenhadas	5.806.189,93
(=) Insuficiência financeira	(3.411.238,98)

Fonte: BALFIN; DEMVAP; BALEXOD; BALEXOR; BALVER

Da análise dos demonstrativos BALFIN – Balanço Financeiro, DEMVAP – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita e BALEXOD – Balancete Orçamentário da despesa, verifica-se que no exercício de 2023, a Unidade gestora apresentou insuficiência financeira reduzindo a formação de reservas com a utilização do rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas a amortização do déficit atuarial do RPPS.

Ponto de Controle 1.2.14 – Equilíbrio financeiro e atuarial Plano de Equacionamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	<u>Lei Municipal nº 522/2002;</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002;</u>	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998,	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com	Lei Municipal nº 1.789/2023 aprovada em 19.04.2023; Lei Municipal nº 1.687/2022	Análise dos arquivos DEMAAT e BALATU para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		RELCUST – Relatório de plano de custeio e plano de benefícios do RPPS DEMAAT – Reavaliação Atuarial BALATU – Balanço Atuarial <u>Lei Municipal nº 1.789/2023</u> BALFIN – Balanço Financeiro	art. 1º	vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	aprovada em 18.02.2022; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; Análise dos arquivos DEMAAT e BALATU para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente. Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS	Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS Lei municipal nº1.789/2023 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial a partir da data de 19/04/2023 Lei municipal nº 1.687/2022 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial até o dia 18/04/2023 Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;
--	--	--	---------	--	---	--

Considerando análise contábil realizada, apurou-se que o Instituto de Previdência - ÁGUA BRANCA PREV apresenta desequilíbrio financeiro no exercício de 2023. Registra-se que foi realizada transferência financeiras, isto é, Complementação de insuficiência financeira no valor de R\$ 113.578,23 (cento e treze mil reais e quinhentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos) pelo ente municipal, no entanto, verifica-se que se demonstrou insuficiente a cobertura do déficit financeiro. Desse modo, é imprescindível a necessidade urgente da adoção de medidas com vistas a promover o reequilíbrio financeiro do RPPS.

No tocante ao Déficit Atuarial, foi regulamentado o Plano de Amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, instituído por Lei Municipal nº 1.789/2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Denota-se em análise aos dispositivos legais, que o Instituto de Previdência adotou medidas com vistas ao reequilíbrio atuarial, com o aumento da alíquota de custos especiais de 17,5% em 2022, para 29,80% em 2023, conforme tabela de equacionamento do Déficit Atuarial da Lei que dispõe sobre a Reavaliação Atuarial no ano de 2023.

Depreende-se ainda, que as Leis nº 522/2002 e 523/2002, respectivamente, regulamentam o Plano de Custeio do ÁGUA BRANCA PREV, e a criação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca.

Ponto de Controle 1.2.15 – Escrituração Contábil – Registro das provisões matemáticas previdenciárias						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.15	Escrituração Contábil – Provisões matemáticas previdenciárias	DEMAAT Reavaliação Atuarial - BALVER – Balancete de Verificação BALATU – Balanço Atuarial	LRF, art. 69; Lei 4.320/1964, art. 100; Lei 9.717/98, art. 1º; NBC TSP-EC; MCASP.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.	Análise documental do BALVER – Balanço de Verificação para averiguar se o registro do passivo – conta contábil 2.2.7.2.0.00.00 – Provisões matemática previdenciárias a longo prazo está em conformidade com o MCASP – ponto 17.5.4 Provisão Matemática Previdenciária. Conciliação dos demonstrativos DEMAAT, BALATU e BALVER com registro das provisões matemáticas.	PROVISÕES ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ELEMENTO DE DESPESA 2.2.7.2.0.00.00 – Provisões matemática previdenciárias a longo prazo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Tabela de Provisões Matemáticas

D/C	Conta	Descrição	BALATU	BALVER	DIF
C	2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões Concedidas do Fundo em Capitalização do RPPS	R\$ 58.142.588,96	R\$ 58.142.588,96	R\$ 0,00
D	2.2.7.2.1.03.03	Contribuições do Aposentado para o Fundo em Capitalização do RPPS	R\$ 302.618,56	R\$ 302.618,56	R\$ 0,00
C	2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões a Conceder do Fundo em Capitalização do RPPS	R\$ 64.874.267,38	R\$ 64.874.267,38	R\$ 0,00
D	2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente para Fundo em capitalização do RPPS	R\$ 12.243.326,70	R\$ 12.243.326,70	R\$ 0,00
D	2.2.7.2.1.04.03	Contribuições do Servidor e Futuro Aposentado/Pensionista para o Fundo em Capitalização RPPS	R\$ 12.243.326,70	R\$ 12.243.326,70	R\$ 0,00
D	2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária do Fundo em Capitalização do RPPS	R\$ 3.887.989,85	R\$ 3.887.989,85	R\$ 0,00

Fonte: BALATU; BALVER

Conforme disposto no Balancete Contábil de Verificação – BALVER, no Balanço Atuarial – BALATU, e na Avaliação Atuarial Anual – DEMAAT, verifica-se que a escrituração contábil das projeções matemáticas previdenciárias foi realizada em conformidade com a MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, obedecendo aos devidos elementos de despesa, preservando assim o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Ponto de Controle 1.2.17 – Conciliação de Contas – Registro de créditos a receber						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.17	Conciliação de contas – Registro de créditos a receber	DELQUIT – Declaração de quitação BALPAT – Balanço Patrimonial	IN regulamentador da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de créditos previdenciários a receber (BALPAT).	Saldo devedor da DELQUIT: R\$0,00 BALPAT Saldo das contas contábeis do grupo 1.1.3.6.0.00.00	Saldo devedor da DELQUIT: R\$0,00 BALPAT Saldo das contas contábeis do grupo 1.1.3.6.0.00.00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO: R\$0,00 Não há registro de créditos previdenciários a receber, em razão de que todas as contribuições previdenciárias, foram recolhidas e pagas pelos órgãos e entidades da Administração Pública vinculados ao RPPS no exercício de 2023.	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO: R\$0,00
--	--	--	--	--	---	---

Consoante a conciliação dos demonstrativos da Declaração de Quitação - DELQUIT e Balanço Patrimonial - BALPAT, nota-se que não há créditos previdenciários a receber, uma vez que todas as contribuições vincendas foram devidamente recebidas e pagas dentro do exercício de 2023, por todos os órgãos e entidades da Administração Pública vinculados ao RPPS.

Ponto de Controle 1.2.18 – Conciliação de Contas – Controle da receita de contribuições previdenciárias						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.18	Conciliação de contas – Controle da receita de contribuições previdenciárias	DELQUIT – Declaração de quitação DEMREC –	IN regulamentador da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo	Conforme a conciliação dos demonstrativos da Declaração de Quitação – DELQUIT, e Relatório de Gestão - RELGES, e DEMREC – Demonstrativo evidenciando os	Receitas Devidas de Contribuições previdenciárias: R\$ 4.282.776,26 Receitas Recebidas de Contribuições previdenciárias: R\$ 4.282.776,26



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Demonstrativo evidenciando os valores devidos de receitas RELGES – Relatório de gestão BALPAT – Balanço Patrimonial		RPPS (DEMREC).	valores devidos de receitas verifica-se que os demonstrativos e relatórios refletem a inexistência de saldo devedor constante de contribuições previdenciárias.	Diferença: R\$ 0,00 DELQUIT: R\$0,00 BALPAT Saldo das contas contábeis do grupo 1.1.3.6.0.00.00 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO: R\$0,00
--	---	--	----------------	--	--

Conforme a conciliação dos demonstrativos da Declaração de Quitação – DELQUIT, e Relatório de Gestão - RELGES, verifica-se que os demonstrativos e relatórios refletem a inexistência de saldo devedor constante de contribuições previdenciárias, conforme descrito abaixo:

Conciliação das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS

	Receitas Devidas (A)	Receitas Recebidas (B)	Diferença (A-B)	DELQUIT
Receita de contribuições previdenciárias pelos servidores ativos	R\$ 1.010.997,25	R\$ 1.010.997,25	0,00	-
Receita de contribuições previdenciárias pelos inativos	R\$ 17.265,18	R\$ 17.265,18	0,00	-
Receita de contribuições previdenciárias pelos pensionistas	0,00	0,00	0,00	-
Receita de contribuições previdenciárias pelo ente – patronal	R\$ 1.221.854,30	R\$ 1.221.854,30	0,00	-
Receita de contribuições previdenciárias pelo ente – alíquota suplementar	R\$ 2.032.659,53	R\$ 2.032.659,53	0,00	-
TOTAL	R\$ 4.282.776,26	R\$ 4.282.776,26	0,00	

Fonte: RELGES; DELQUIT; DEMREC



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.19 – Conciliação de Contas – Registro de provisões matemáticas previdenciárias

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.19	Conciliação de contas – Registro de provisões matemáticas previdenciárias	BALATU – Balanço Atuarial BALVER – Balancete de Verificação	IN regulamentador da remessa de prestação de contas	Consistência do Balanço atuarial (BALUTU) com o registro das provisões matemáticas previdenciárias (BALVER).	Conciliação do Balanço Atuarial – BALATU e do Balancete Contábil de Verificação – BALVER refletindo corretamente o registro das provisões matemáticas previdenciárias.	Conciliação do Balanço Atuarial – BALATU e do Balancete Contábil de Verificação – BALVER refletindo corretamente o registro das provisões matemáticas previdenciárias.

Conforme conciliação do Balanço Atuarial – BALATU e do Balancete Contábil de Verificação – BALVER, nota-se consistência no registro de provisões matemáticas previdenciárias em longo prazo, não apresentando distorções patrimoniais que ocasionem impactos no resultado final da conta consolidada de provisões matemáticas.

Tabela de provisões matemáticas do Fundo Previdenciário

Conta Contábil		BALVER	BALATU
2.2.7.2.1.00.00	Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo - consolidação	94.339.594,53	94.339.594,53
2.2.7.2.1.03.00	Fundo em Capitalização – provisões de benefícios concedidos	57.839.970,40	57.839.970,40
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões Concedidas do Fundo em Capitalização do RPPS	58.142.588,96	58.142.588,96
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Fundo em Capitalização do RPPS	(302.618,56)	(302.618,56)
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do pensionista para o Fundo em Capitalização do RPPS	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação previdenciária do Fundo em Capitalização do RPPS	0,00	0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.2.7.2.1.03.99	(-) Outras Deduções	0,00	0,00
2.2.7.2.1.04.00	Fundo em Capitalização – Provisões de benefícios a conceder	36.499.624,13	36.499.624,13
2.2.7.2.1.04.01	(+) Aposentadorias/Pensões a conceder do Fundo em Capitalização do RPPS	64.874.267,38	64.874.267,38
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Fundo em Capitalização do RPPS	(12.243.326,70)	(12.243.326,70)
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Servidor e Futuro Aposentado/Pensionista para o Fundo em Capitalização do RPPS	(12.243.326,70)	(12.243.326,70)
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Fundo em Capitalização do RPPS	(3.887.989,85)	(3.887.989,85)
2.2.7.2.1.04.99	(-) Outras Deduções	-	-
2.2.7.2.1.05.00	Plano Previdenciário - Plano de Amortização	(37.593.126,58)	(37.593.126,58)
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros créditos do plano de amortização	(37.593.126,58)	(37.593.126,58)
2.2.7.2.1.06.00	Provisões Atuariais para ajustes do Plano Financeiro	0,00	0,00
2.2.7.2.1.07.00	Provisões Atuariais para ajustes do Plano Previdenciário	0,00	0,00

Fonte: BALVER; BALATU

1.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 1.3.1 – Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis-registro contábil compatibilidade com inventário						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário	Balanço Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV; Inventário de Bens imóveis – INVIMO;	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação,	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens	Período Analisado: 12 meses BALPAT Valor total do imobilizado dos bens



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Inventário de Bens Intangíveis – INVINT; Termo de Inventário Anual dos bens imóveis – TERIMO; Termo de Inventário Anual dos bens intangíveis – TERINT; Termo de Inventário Anual dos bens móveis – TERMOV		amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	móveis – INVMOV. Saldo de valores da classe dos bens imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO. Saldo de valores da classe dos bens intangíveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens intangíveis – INVINT Saldo de valores da depreciação na classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores de depreciação de bens móveis e imóveis. Os valores referens aos bens móveis e imóveis ainda podem ser visualizados nos arquivos TERIMO – Termo de Inventário Anual de bens imóveis e TERMOV – Termo de Inventário Anual de bens móveis.	móveis: R\$ 29.145,67 Valor total do Imobilizado dos bens imóveis: R\$ 611.916,11 Valor total do Imobilizado dos bens intangíveis: R\$ 0,00 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens móveis: R\$ 14.039,47 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens imóveis: R\$ 0,00 INVMOV Valor total do Inventário de Bens Móveis: R\$ 29.145,67 Depreciação de bens móveis: R\$ 14.039,47 Redução a valor recuperável de imobilizado – bens móveis: R\$5.509,36 INVIMO Valor total do
--	--	--	--	---	---	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Inventário de Bens Imóveis: R\$ 611.916,11 Depreciação de bens imóveis: R\$ 0,00 INVINT Valor total do Inventário de Bens Intangíveis: R\$ 0,00
--	--	--	--	--	--	--

Consoante os dispositivos legais previstos no art. 37, caput da Constituição Federal c/c artigos 94 a 96 da Lei 4.320/1964 verificou-se pelo Balanço Patrimonial – BALPAT que os valores da classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVMOV e do Inventário Anual de Bens Imóveis – INVIMO. Registra-se que a Unidade Gestora – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca não possui bens intangíveis, de modo que o arquivo referente ao Inventário de Bens Intangíveis – INVINT foi gerado sem informações prestadas.

Ressalta-se ainda, que o saldo de valores de depreciação da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT reflete adequadamente o saldo total dos valores de depreciação de bens móveis.

Ponto de Controle 1.3.3 – Disponibilidades financeiras- depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e	EXTBAN - Extratos bancários do final do exercício de 2023	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS:	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

aplicação em instituições financeiras Oficiais	TVDISP - Termo de Verificação das Disponibilidades		depositadas em instituições financeiras oficiais.	BANESTES: CONTA: Nº 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: Nº 16.518.375 – Taxa administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 BANCO DO BRASIL CONTA: Nº 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: Nº 10672-0 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: Nº 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55 50.642.114/0001-03 50.658.938/0001-71 CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 - Previdenciário As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	CONTA: Nº 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: Nº 16.518.375 – Taxa administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 BANCO DO BRASIL CONTA: Nº 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: Nº 10672-0 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: Nº 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55 50.642.114/0001-03 50.658.938/0001-71 CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 - Previdenciário As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.
--	--	--	---	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 - Previdenciário As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	
Ponto de Controle 1.3.4 – Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação confirmação externa						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	EXTBAN - Extratos bancários do final do exercício de 2023 BALFIN – Balanço Financeiro BALPAT – Balanço Patrimonial DEMFCFA – Demonstrativo de Fluxo de Caixa	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES: CONTA: Nº 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: Nº 16.518.375 – Taxa administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 BANCO DO BRASIL CONTA: Nº 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69	SALDO FINAL DE ENCERRAMENTO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2023 CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES: CONTA: Nº 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$6.360.544,10</u> 09.594.596/0001-70 <u>R\$4.706.007,46</u> 20.230.719/0001-26 <u>R\$5.469.637,65</u> CONTA: Nº 16.518.375 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$ 770.887,41</u>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					CONTA: Nº 10672-0 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: Nº 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55 50.642.114/0001-03 50.658.938/0001-71 CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 - Previdenciário As demonstrações contábeis evidenciam a integridade dos valores depositados em Conta Corrente e Aplicação Financeira. Período analisado: 12 meses	BANCO DO BRASIL CONTA: Nº 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 – <u>R\$ 7.752.304,75</u> 03.543.447/0001-03 <u>R\$ 5.760.053,05</u> 07.111.384/0001-69 <u>R\$1.591.293,13</u> CONTA: Nº 10672-0 - Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 <u>R\$ 161.833,27</u> CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: Nº 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 <u>R\$ 1.492.583,50</u> 10.740.670/0001-06 <u>R\$ 1.599.751,36</u> 23.215.097/0001-55: <u>R\$ 6.786.009,70</u> 50.642.114/0001-03: <u>R\$1.631.573,69</u> 50.658.938/0001-71 <u>R\$1.023.943,80</u>
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário <u>R\$ 523.021,47</u> CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa <u>R\$ 24.735,76</u> BANCO DO BRASIL - Previdenciário CONTA 10.671-2 <u>R\$27.404,46</u> EXTBAN - Saldo disponível nas contas do RPPS no final do exercício de 2023: R\$ 45.681.584,56 BALPAT: Ativo Circulante: R\$ 45.681.584,56 BALFIN Saldo em espécie para o exercício seguinte: R\$ 45.681.584,56 DEMFCA: Total de disponibilidade de fluxo de caixa: R\$ 45.681.584,56
--	--	--	--	--	--	---

Analisando os extratos bancários e o resumo mensal das aplicações e disponibilidades financeiras do RPPS, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais, conforme determina a Lei Complementar 101/2000, no art. 43 c/c art. §3º do art. 164 da Constituição Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Além disso, da conciliação entre os registros constantes dos extratos bancários no encerramento do exercício financeiro de 2023, em confronto com o Balanço Patrimonial – BALPAT, Balanço Financeiro – BALFIN e Demonstrativo do Fluxo de Caixa – DEMFCA, verifica-se que as demonstrações contábeis refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários.

1.5 Demais atos de gestão

Ponto de Controle 1.5.1 – Documento integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos que compõe a PCA 2023 enviada ao Controle Interno em 01/03/2024	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	PCA 2023 enviada ao Controle Interno em 01/03/2024, contém todos os arquivos anexados e encontra-se em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES	PCA 2023 enviada ao Controle Interno em 01/03/2024, contém todos os arquivos anexados e encontra-se em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.6 Gestão de Pessoas (Folha de pagamento e Atos de Pessoal)

1.6.1. Folha de Pagamento

Ponto de Controle 1.6.1.1 – Extrato consolidado da folha de pagamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento	Extrato Consolidado da Folha de Pagamento mensal – Cidades Relatório Mensal do Sistema de Folha de Pagamento do órgão	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	Conciliação dos valores registrados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) possuem correção com os valores registrados no Relatório Mensal do Sistema informatizado de Folha de Pagamento da Unidade gestora.	Período Analisado: 12 meses Valor total da Folha de Pagamento no exercício: R\$ 4.514.786,49

Consolidação da Folha de Pagamento	EXTRATO CONSOLIDADO DO CIDADES FOLHA DE PAGAMENTO	RELATÓRIO MENSAL DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO
Janeiro	R\$ 300.520,09	R\$ 300.520,09
Fevereiro	R\$ 305.682,30	R\$ 305.682,30
Março	R\$ 327.192,54	R\$ 327.192,54
Abril	R\$ 334.226,97	R\$ 334.226,97
Maio	R\$ 335.509,42	R\$ 335.509,42
Junho	R\$ 335.599,97	R\$ 335.599,97
Julho	R\$ 347.268,67	R\$ 347.268,67
Agosto	R\$ 352.709,91	R\$ 352.709,91
Setembro	R\$ 361.343,48	R\$ 361.343,48



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Outubro	R\$ 380.825,65	R\$ 380.825,65
Novembro	R\$ 387.952,86	R\$ 387.952,86
Dezembro + 13º salário	R\$ 745.954,62	R\$ 745.954,62
TOTAL	R\$ 4.514.786,49	R\$ 4.514.786,49

Fonte: Extrato consolidado da Folha de Pagamento Cidades; Relatório Mensal do Sistema de Folha de Pagamento do órgão.

Ponto de Controle 1.6.1.2 – Liquidação da folha de pagamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.6.1.2	Liquidação da folha de pagamento	Extrato Consolidado da Folha de Pagamento mensal – Cidades Listagem de pagamento da Folha (Sistema Contábil)	Lei 4.320/1964, art. 63; e, MCASP.	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	Conciliação dos valores registrados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) possuem correção com os valores contabilizados no Sistema contábil.	Período Analisado: 12 meses Valor total da Folha de Pagamento no exercício: R\$ 4.514.786,49

Liquidação da Folha de Pagamento	EXTRATO CONSOLIDADO DO CIDADES FOLHA DE PAGAMENTO	LISTAGEM DE PAGAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO (Sistema Contábil)
Janeiro	R\$ 300.520,09	R\$ 300.520,09
Fevereiro	R\$ 305.682,30	R\$ 305.682,30
Março	R\$ 327.192,54	R\$ 327.192,54
Abril	R\$ 334.226,97	R\$ 334.226,97
Maió	R\$ 335.509,42	R\$ 335.509,42



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Junho	R\$ 335.599,97	R\$ 335.599,97
Julho	R\$ 347.268,67	R\$ 347.268,67
Agosto	R\$ 352.709,91	R\$ 352.709,91
Setembro	R\$ 361.343,48	R\$ 361.343,48
Outubro	R\$ 380.825,65	R\$ 380.825,65
Novembro	R\$ 387.952,86	R\$ 387.952,86
Dezembro	R\$ 745.954,62	R\$ 745.954,62
TOTAL	R\$ 4.514.786,49	R\$ 4.514.786,49

Fonte: Extrato consolidado da Folha de Pagamento Cidades; Listagem de Pagamento da Folha do Sistema Contábil

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.2 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 2.2.28 – Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Processo de Auditoria nº 2372/2023 CRONOS – Instrução Normativa SFI nº 02/2021 JUSTCRO – Justificativa de quebra de Ordem Cronológica	Lei 8666/93, art. 5º e 92, c/c CRFB/88, art.37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Quantidade de Pagamentos analisados: 242 registros Valor total de pagamentos: R\$ 3.373.157,00 Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 0	Período analisado: 01/01/2023 a 30/09/2023 Total dos pagamentos realizados pela UG no período analisado: 242 Valor total de pagamentos analisados: R\$ 3.373.157,00 Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 0



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Consoante análise da ordem cronológica dos pagamentos dos passivos, através do Processo de Auditoria nº 2372/2023, verifica-se que foram analisados 242 pagamentos no período de 01/01/2023 a 30/09/2023 que corresponde um valor total de R\$ 3.373.157,00, sendo atestada a conformidade de 100% das amostras selecionadas quanto à ordem cronológica de pagamentos.

2.5 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 2.5.10 – Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	BALPAT – Balanço Patrimonial DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada Listagem de pagamentos contribuições previdenciárias ao RPPS	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Verificação Documental da Listagem de pagamentos de contribuições previdenciárias ao RPPS, ao qual consta o pagamento integral das contribuições previdenciárias. Análise do Passivo não-circulante do BALPAT ao qual não consta parcelamentos de débitos previdenciários. Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada.	Verificação Documental da Listagem de repasse de contribuições previdenciárias ao RPPS, ao qual consta o repasse integral das contribuições previdenciárias. Análise do Passivo não-circulante do BALPAT ao qual não consta parcelamentos de débitos previdenciários. Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada. Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.12 – Orçamento – Fontes de recursos vinculadas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.12	Orçamento – Fontes de recursos vinculadas	Lei Municipal nº 1.754/2022 BALPAT – Balanço Patrimonial BALFIN – Balanço Financeiro	Lei 4.320/64 MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Fonte de recursos classificadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Fonte de recursos prevista na LOA do exercício vigente para o RPPS evidencia fonte de recursos idênticas ao BALPAT – Balanço Patrimonial e BALFIN – Balanço Financeiro. Fonte de recursos evidenciada no BALPAT – Balanço Patrimonial e BALFIN – Balanço Financeiro, em conformidade com a IN 68/2020 do TCEES.	BALPAT e BALFIN - Fontes de Recursos: 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 801 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição (Plano Financeiro) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração LOA 800 - 1800000000001 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em capitalização (Plano Previdenciário) 802 - 1802000000000 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração O RPPS não possui Fonte 801 de Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição (Plano Financeiro)

Partindo da verificação do Orçamento previsto para o exercício de 2023, na Lei Municipal nº 1.754/2022 em confronto com o Balanço Financeiro - BALFIN e Balanço Patrimonial – BALPAT, apurou-se que foram devidamente classificadas as fontes de recursos conforme preconiza Anexo III da IN 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.13 – Orçamento – Fontes de recursos não vinculadas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.13	Orçamento – Fontes de recursos não vinculadas	Lei Municipal nº 1.754/2022 BALPAT – Balanço Patrimonial BALFIN – Balanço Financeiro	Lei 4.320/64 MCASP	Verificar a existência de dotação orçamentária para a execução da despesa do RPPS que recebe aporte para cobertura de insuficiência financeira como complementação da folha de benefícios previdenciários, em montante correspondente com a fonte de recursos do tesouro.	Em análise ao BALFIN – Balanço Financeiro e BALPAT – Balanço Patrimonial em confronto com a Lei Orçamentária Anual – LOA, verifica-se ausência orçamento de despesa vinculada na Fonte de Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição (Plano Financeiro) – (801) O RPPS não possui Fonte 801 de Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição (Plano Financeiro) Registra-se que foi realizada Cobertura para insuficiência financeira no valor de R\$ 113.578,23, contudo, considerando que a movimentação financeira intraorçamentária foi realizada somente no final do exercício, não há ocorrência de previsão orçamentária na LOA vigente no ano de 2023.	Lei Municipal nº 1.754/2022 <u>Fonte de recursos</u> 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração BALFIN – Balanço Financeiro <u>Fonte de recursos</u> 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração BALPAT – Balanço Patrimonial <u>Fonte de recursos</u> 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.14 – Transparência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.14	Transparência	Portal da transparência do Sítio eletrônico municipal	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. III; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Analisado o Portal Transparência do Município, verificou-se que o RPPS disponibiliza informações e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Portal da transparência do Sítio eletrônico municipal - Menu: Contas Públicas Submenu: Balancetes mensais http://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=6 Balanco Anual http://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7 - Menu: Despesas Submenu: Cálculo Atuarial http://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=117



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.18 – Avaliação Atuarial – Reavaliação Anual

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.18	Avaliação atuarial – reavaliação anual	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf - Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf RELCUST – Relatório detalhado do plano de custeio e benefícios BALVER – Balancete contábil de verificação BALPAT – Balanço patrimonial	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I.	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Em confronto dos valores registrados em provisões de longo prazo no BALPAT e BALVER com as informações contidas na Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-Calendário 2024, verificou-se que o RPPS realizou a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios para manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) ANEXO 3 – Provisões matemáticas a contabilizar 2.2.7.2.1.00.00 - PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO R\$94.339.594,53 - Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf - Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf RELCUST – Relatório detalhado do plano de custeio e benefícios -Verificação das alíquotas de segurado, patronal e custo especial BALVER – Balancete contábil de verificação 2.2.7.2.1.00.00 - Passivo não circulante – provisões a longo prazo R\$94.339.594,53



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						BALPAT – Balanço patrimonial Passivo não circulante – provisões a longo prazo R\$94.339.594,53
--	--	--	--	--	--	---

Em confronto dos valores registrados em provisões de longo prazo no BALPAT e BALVER com as informações contidas na Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-Calendário 2024, verificou-se que o ABPREV realizou a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios para manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial, assim como alterou através da Lei Municipal nº 1.789/2023 as alíquotas patronal/custo especial.

Ponto de Controle 2.5.19 – Cálculo atuarial com data base						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.19	Cálculo atuarial – data base	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) BALVER – Balancete contábil de verificação BALPAT – Balanço patrimonial	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; MACSP.	Verificar se o RPPS realiza cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício.	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) BALVER – Balancete contábil de verificação BALPAT – Balanço patrimonial	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) Data base dos dados cadastrais da Reavaliação Atuarial: 31/12/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Data base do BALVER: 31/12/2023
						Data base do BALPAT: 31/12/2023

Em conformidade a Reavaliação Atuarial, e com o Balanço de Verificação – BALVER e Balanço Patrimonial – BALPAT, verifica-se que o cálculo atuarial foi elaborado e posicionado com data base em 31/12/2023, sendo que as provisões atuariais advindas desse estudo atuarial foram lançadas em compatibilidade com as demonstrações contábeis do exercício, na data de 31/12/2023.

Ponto de Controle 2.5.20 – Plano de amortização instituição por lei						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por Lei	- Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 55 a 57.	Verificar se foi instituído em lei pelo ente um plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial, conforme exigido pela legislação.	- Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial	- Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial

De acordo com a disposição legal da Lei Municipal nº 1.789/2023, que dispõe acerca da Reavaliação atuarial 2023, observa-se que foi instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração dos servidores



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

ativos utilizando-se período de 35 (trinta e cinco) anos para cálculo de tabela de equacionamento do déficit atuarial. Além disso, através da Declaração do Gestor do RPPS (DECAMO), atesta-se a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial.

Ponto de Controle 2.5.21 – Plano de amortização estudo de viabilidade						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.21	Plano de Amortização estudo de viabilidade	SUSTEN – Estudo de Sustentabilidade do RPPS Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Projeção DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial - Análise da Tabela de Equacionamento do Déficit Atuarial	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º e 69; Portaria MTP 1.467/2022, art. 64.	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal, por todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.	SUSTEN – Estudo de Sustentabilidade do RPPS Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Projeção DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial - Análise da Tabela de Equacionamento do Déficit Atuarial	SUSTEN – Estudo de Sustentabilidade do RPPS Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Projeção DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial - Análise da Tabela de Equacionamento do Déficit Atuarial

Conforme informações apresentadas no Demonstrativo da Despesa com pessoal – Projeção do arquivo SUSTEN e na Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial - Análise da Tabela de Equacionamento do Déficit Atuarial (DECAMO), verifica-se que foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesa de pessoal por todo o período do plano de amortização do déficit atuarial constante na Lei Municipal nº 1.789/2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.22 – Contabilização da amortização do déficit atuarial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	BALVER – Balancete de Verificação Contábil BALFIN – Balanço Financeiro	MCASP; Portaria MTP 1.467/2022, art. 55.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	BALVER – Balancete de Verificação Contábil: Elemento de Despesa - 4.5.1.3.2.02.05 Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 2.032.659,53 BALFIN – Balanço Financeiro Recursos vinculados à Previdência Social – RPPS 800 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	BALVER – Balancete de Verificação Contábil: Elemento de Despesa - 4.5.1.3.2.02.05 Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 2.032.659,53 BALFIN – Balanço Financeiro Recursos vinculados à Previdência Social – RPPS 800 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)

Segundo apuração do Balancete Contábil de Verificação – BALVER e Balanço Financeiro - BALFIN, constatou-se a correta contabilização dos repasses das amortizações de déficit atuarial ao RPPS pela Unidade Gestora, em consonância com a legislação vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e da Portaria MPT 1.467/2022.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.23 – Segregação de planos – estabelecimento por lei

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.23	Segregação dos planos – estabelecimento por lei	Lei Municipal nº 522/2002 Lei Municipal nº 523/2002 Lei Municipal nº 1.754/2022 Lei Municipal nº 1.789/2023 BALFIN – Balanço Financeiro BALPAT – Balanço Patrimonial	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º, 50, inc. III, e 69; Portaria MTP 1.467/2022, art. 60, caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações contábeis segregadas para cada plano.	O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca-ES não apresenta segregação de massa, pois se verifica que possui somente Plano Previdenciário. Ausência de Plano Financeiro no RPPS, razão pela qual não há segregação das demonstrações contábeis para cada plano.	Lei Municipal nº 522/2002, prevê o plano de custeio Lei Municipal nº 523/2002 – cria o Instituto de Previdência, e não prevê segregação de massa. Lei Municipal nº 1.789/2023 – Reavaliação Atuarial com tabela de equacionamento do Déficit Atuarial para o ano de 2023 Lei Municipal nº 1.754/2022 – Lei Orçamentária Anual <u>Fonte de recursos</u> 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração BALFIN – Balanço Financeiro <u>Fonte de recursos</u> 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						BALPAT – Balanço Patrimonial <u>Fonte de recursos</u> 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração
--	--	--	--	--	--	--

Segundo consta nas Leis Municipais nº 522/2002, 523/2002 e 1.789/2023, verifica-se a ausência de instituição de Plano Financeiro no RPPS. Em conciliação da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.754/2022), com o Balanço Financeiro – BALFIN e Balanço Patrimonial – BALPAT, verifica-se que as fontes de recursos existentes referenciam a existência, apenas, de Plano Previdenciário.

Ponto de Controle 2.5.25 – Recadastramento dos inativos e pensionistas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Relatório de Censo Previdenciário, Recadastramento e Prova de Vida – RELCENS Relatório de Gestão - RELGES BASECD – Base de Dados Cadastral	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. II; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	Recenseamento e recadastramento de 100% dos servidores aposentados e pensionistas realizado no período de 01.10.2023 a 30.10.2023.	Relatório de Censo Previdenciário, Recadastramento e Prova de Vida – RELCENS Relatório de Gestão RELGES Item 03 – Gestão de benefícios Inativos: 91 Pensionistas: 13 BASECD – Base de Dados Cadastral



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.27 – Hipóteses Atuariais - Definição

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.28 – Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Água Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses. Dessa forma, o procedimento não é aplicável ao RPPS do Município de Água Branca.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Água Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses. Dessa forma, o procedimento não é aplicável ao RPPS do Município de Água Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.31 – Comitê de Investimentos – instituição						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	RELGES – Relatório de gestão Decreto Municipal nº 10.077/2022	Portaria MTP 1.467/2022, art. 91 e 280.	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	RELGES – Relatório de gestão <u>Gestão de investimentos:</u> Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 10.077/2022 Presidente: Gilvani Pereira Rosa Membro: Ines Gomes Silva Membro: Joyce Canal Corteleti	RELGES – Relatório de gestão <u>Gestão de investimentos:</u> Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 10.077/2022 Presidente: Gilvani Pereira Rosa Membro: Ines Gomes Silva Membro: Joyce Canal Corteleti

De acordo com o Relatório de Gestão – RELGES e Decreto administrativo, em conformidade com o que estabelece o art. 91 e 280 da Portaria MPT 1.467/2022, o RPPS manteve a instituição de Comitê de Investimento no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Água Branca para mandato de 03 (três) anos consecutivos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.32 – Comitê de Investimentos – reuniões						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	RELGES – Relatório de gestão Atas de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos no exercício.	Portaria MTP 1.467/2022, art. 91, inc. III.	Verificar se houve regularidade das reuniões e o devido registro em atas das deliberações.	RELGES – Relatório de gestão Ata de Registro das Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimentos: 03/01/2023 06/02/2023 06/03/2023 06/03/2023 03/04/2023 06/03/2023 03/04/2023 08/05/2023 05/06/2023 03/07/2023 07/08/2023 04/09/2023 07/08/2023 04/09/2023 02/10/2023 06/11/2023 02/10/2023 06/11/2023 04/12/2023 Em consulta ao Relatório de Gestão – RELGES, em confronto com as Atas de Registro das Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimentos do RPPS,	RELGES – Relatório de gestão Ata de Registro das Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimentos: 03/01/2023 06/02/2023 06/03/2023 06/03/2023 03/04/2023 08/05/2023 05/06/2023 03/07/2023 07/08/2023 04/09/2023 02/10/2023 06/11/2023 04/12/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					verifica-se o cumprimento de periodicidade na realização de reuniões.	
--	--	--	--	--	---	--

Ao verificar o Relatório de Gestão – RELGES em confronto com as Atas de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos do RPPS, constatou-se que foram realizadas no exercício de 2023, periodicamente, reuniões do Comitê de Investimento, sendo as deliberações registradas em atas, e arquivadas no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca.

Ponto de Controle 2.5.33 – Comitê de Investimentos - Certificados dos membros						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.33	Comitê de investimentos Certificados dos membros	RELGES – Relatório de gestão Decreto Municipal nº 10.077/2022	Portaria MTP 1.467/2022, art. 76.	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	RELGES – Relatório de gestão <u>Gestão de investimentos:</u> Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 10.077/2022 Membros do Comitê de Investimento: - Gilvani Pereira Rosa: Qualificação: TOTUM CP RPPS DIRIG RPPS-III e CP RPPS CGINV III - Ines Gomes da Silva: Qualificação: CPA-10; - Joyce Canal Corteleti: Qualificação: CPA-10	RELGES – Relatório de gestão <u>Gestão de investimentos:</u> Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 10.077/2022 Membros do Comitê de Investimento: - Gilvani Pereira Rosa: Qualificação: TOTUM CP RPPS DIRIG RPPS-III e CP RPPS CGINV III - Ines Gomes da Silva: Qualificação: CPA-10;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					03 componentes com qualificação técnica, ou seja, 100% dos membros com qualificação.	- Joyce Canal Corteleti: Qualificação: CPA-10 03 componentes com qualificação técnica, ou seja, 100% dos membros com qualificação.
--	--	--	--	--	--	--

Consoante análise do Relatório de Gestão – RELGES, nota-se que todos os membros do Comitê de Investimentos do RPPS possuem certificação para operar no mercado brasileiro de capitais – CPA 10 e, o Presidente do Comitê de Investimentos possui certificação de dirigente da entidade gestora do RPPS em nível avançado (CP RPPS DIRIG RPPS-III), bem como possui certificação de responsável pela gestão dos recursos e dos membros do comitê de investimentos do RPPS em nível avançado (CP RPPS CGINV III), cumprindo portanto, os ditames previstos no art. 76 da Portaria MPT 1.467/2022.

Ponto de Controle 2.5.34 – Política de Investimento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.34	Política de Investimento	RELPOL – Política Anual de Investimentos https://www.prefeituradeaguia-branca.es.gov.br/uploads/documento/20221216083903-pai-2023.pdf	Lei 9.717/1998, art.1º, § único, e 6º, inc. IV e VI; Resolução CMN 4.963/2021, art. 4º	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	O RPPS elaborou a Política Pública de Investimento, disponível no site do Município de Água Branca/ES conforme link de acesso: https://www.prefeituradeaguia-branca.es.gov.br/uploads/documento/20221216083903-pai-2023.pdf	Em conformidade com a legislação vigente o RPPS elaborou a Política Pública de Investimento, que foi instituída no exercício anterior, e se encontra disponível no sítio eletrônico do Município de Água Branca/ES, através do link de acesso: https://www.prefeituradeaguia-branca.es.gov.br/uploads/documento/20221216083903-pai-2023.pdf



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em conformidade com a legislação vigente, o RPPS instituiu Política Pública Anual de Investimentos, para o exercício de 2023. Ademais, informo que se encontra disponível no sítio eletrônico do Município de Águia Branca.

Ponto de Controle 2.5.35 – Aplicação dos recursos						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.35	Aplicação dos recursos	RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos) DEMPOL – Demonstrativo da Política Anual de Investimentos	CRFB/88, art. 164, § 3º; LRF, art. 43.	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme orientações fornecidas pelo Ministério da Previdência.	Em análise as entidades credenciadas pelo Instituto de Previdência para receber aplicações, verifica-se que os recursos financeiros do RPPS, estão sendo aplicados em instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com as regras previstas na Portaria do MTP nº 1.467/2022 e na Resolução CMN nº 4.963/2021.	RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos) - Entidades credenciadas pelo Instituto para receber aplicações: Banco do Brasil S.A CNPJ: 00.000.000/0806-08 Banco do Estado do Espírito Santo S.A CNPJ: 28.127.603/0088-29 Caixa Econômica Federal CNPJ: 00.360.305/0719-82 DEMPOL – Demonstrativo da Política Anual de Investimentos, com informações pertinentes aos fundos e planos constituídos pelo RPPS durante o exercício.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.36 – Utilização do Formulário (APR)

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.36	Utilização do Formulário (APR)	RELRENT – Relatório Trimestral de investimentos – 4º trimestre RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos)	Portaria MTP 1.467/2022, art. 116	Avaliar se o formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR) está sendo utilizado em todas as aplicações e resgates.	Conciliação das informações constantes no RELRENT – Relatório Trimestral de investimentos (4º trimestre), com as APR descritas no RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos), sendo atestada que as aplicações e resgates estão sendo realizadas através de formulário de APR. Formulários de APR: APR 001/2023 – 17/03/2023 (Aplicação) APR 002/2023 – 20/03/2023 (Aplicação) APR 003/2023 – 28/03/2023 (Resgate) APR 004/2023 – 27/04/2023 (Resgate) APR 005/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 006/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 007/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 008/2023 – 14/06/2023 (Aplicação) APR 009/2023 – 14/06/2023 (Aplicação) APR 010/2023 – 21/06/2023 (Resgate) APR 011/2023 – 12/07/2023 (Resgate) APR 012/2023 – 09/08/2023 (Resgate) APR 013/2023 – 16/08/2023 (Resgate) APR 014/2023 – 23/08/2023 (Aplicação) APR 015/2023 – 22/09/2023 (Resgate) APR 016/2023 – 20/10/2023 (Resgate) APR 017/2023 – 20/10/2023 (Resgate) APR 018/2023 – 17/11/2023 (Aplicação) APR 018-A/2023 – 17/11/2023 (Resgate) APR 020/2023 – 28/11/2023 (Resgate) APR 021/2023 – 28/11/2023 (Resgate) APR 022/2023 – 28/11/2023 (Resgate)	RELRENT – Relatório Trimestral de investimentos – 4º trimestre RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos) Formulários de APR: APR 001/2023 – 17/03/2023 (Aplicação) APR 002/2023 – 20/03/2023 (Aplicação) APR 003/2023 – 28/03/2023 (Resgate) APR 004/2023 – 27/04/2023 (Resgate) APR 005/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 006/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 007/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 008/2023 – 14/06/2023 (Aplicação) APR 009/2023 – 14/06/2023 (Aplicação) APR 010/2023 – 21/06/2023 (Resgate) APR 011/2023 – 12/07/2023 (Resgate) APR 012/2023 – 09/08/2023 (Resgate) APR 013/2023 – 16/08/2023 (Resgate) APR 014/2023 – 23/08/2023 (Aplicação) APR 015/2023 – 22/09/2023 (Resgate) APR 016/2023 – 20/10/2023 (Resgate) APR 017/2023 – 20/10/2023 (Resgate) APR 018/2023 – 17/11/2023 (Aplicação) APR 018-A/2023 – 17/11/2023 (Resgate) APR 020/2023 – 28/11/2023 (Resgate) APR 021/2023 – 28/11/2023 (Resgate) APR 022/2023 – 18/12/2023 (Resgate)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				APR 022/2023 – 18/12/2023(Resgate) APR 023/2023 – 18/12/2023 (Resgate)	APR 023/2023 – 18/12/2023 (Resgate)
--	--	--	--	---	-------------------------------------

Ponto de Controle 2.5.40 – Concessão e pagamento indevidos de aposentadoria por invalidez

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.40	Concessão e pagamento indevidos de aposentadoria por invalidez	RELGES – Relatório de Gestão – Perícia Médica / Gestão de benefícios – Benefícios concedidos pelo RPPS Extrato mensal consolidado da concessão de benefícios pelo RPPS - Cidades	CRFB /88, art. 37.	Verificar se as aposentadorias por invalidez estão sendo concedidas por junta médica, composta por no mínimo três médicos peritos.	Em análise aos benefícios concedidos pelo RPPS, segregados por tipo de benefício no exercício de 2023, bem como em análise do Extrato mensal consolidado da concessão de benefícios pelo RPPS do Cidades, verifica-se que no exercício de 2023, não foram concedidas aposentadorias por invalidez pela unidade gestora.	RELGES – Relatório de Gestão – Perícia Médica / Gestão de benefícios – Benefícios concedidos pelo RPPS Extrato mensal consolidado da concessão de benefícios pelo RPPS - Cidades

Ponto de Controle 2.5.41 – Pagamento de benefícios não previdenciários

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.41	Pagamento de benefícios não previdenciários	RELGES – Relatório de Gestão – Gestão de benefícios – Benefícios concedidos pelo RPPS Gestão Orçamentária – Despesas empenhadas	CRFB/88, art. 40; EC 103/2019, art. 9º, § 2º; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 5º.	Verificar se a unidade gestora do RPPS está pagando benefícios distintos de aposentadorias e pensões por morte.	Em análise aos benefícios concedidos e pagos pelo RPPS, verifica-se que a Unidade gestora não efetuou pagamento de benefícios não previdenciários no exercício de 2023.	RELGES – Relatório de Gestão –Gestão de benefícios – Benefícios concedidos pelo RPPS Gestão Orçamentária – Despesas empenhadas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Listagem de pagamentos realizados pelo RPPS				Listagem de pagamentos realizados pelo RPPS
--	--	---	--	--	--	---

Ponto de Controle 2.5.45 – Despesa Administrativa fixação em lei

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.45	Despesa Administrativa fixação em lei	Lei Municipal nº 1.671/2021 Lei Municipal nº 1.789/2023	Lei 9.717/1998, art. 6, inc. VIII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84; Lei Municipal nº 1.671/2021 Lei Municipal nº 1.789/2023	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Em conformidade com o art. 2º da Lei 1.671/2021, que alterou o art. 83 da Lei Municipal nº 523/2002, verifica-se a previsão de taxa de administração anual de 2,5% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas até a data de 16/07/2023. Em conformidade com o art. 3º da Lei 1.789/2023, verifica-se a previsão de taxa de administração anual de 3% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas a partir da data de 17/07/2023.	Em conformidade com o art. 2º da Lei 1.671/2021, que alterou o art. 83 da Lei Municipal nº 523/2002, verifica-se a previsão de taxa de administração anual de 2,5% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas até a data de 16/07/2023. Em conformidade com o art. 3º da Lei 1.789/2023, verifica-se a previsão de taxa de administração anual de 3% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas a partir da data de 17/07/2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.46 – Despesa Administrativa – cumprimento do limite

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.46	Despesa administrativa – cumprimento do limite	DEMDAD – Demonstrativo do cumprimento do limite de gastos com despesas administrativas RELGES – Relatório de Gestão – Taxa de Administração Relatório Mensal de Taxa Administrativa do Sistema de Contabilidade Pública	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. III; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84;	Verificar se houve recursos previdenciários cobrindo o excesso da taxa administrativa (a taxa de administração será definida em lei do ente, sob forma de percentual incidente sobre o somatório da remuneração de contribuição dos servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício anterior).	Verifica-se que o repasse de taxa administrativa ao RPPS sel demonstrou suficiente a cobertura dos gastos administrativos da unidade gestora, cumprindo assim, o limite de gastos administrativos no exercício da PCA fixada em lei. Registra-se ainda, não foram utilizados recursos previdenciários para fins de cobertura do excesso de taxa administrativa.	DEMDAD – Demonstrativo do cumprimento do limite de gastos com despesas administrativas Total das remunerações dos servidores ativos: R\$ 7.129.115,67 Percentual de taxa administrativa fixado na legislação do RPPS: 3% Limite de gastos administrativos no exercício da PCA: R\$ 213.873,47 RELGES – Relatório de Gestão – Taxa de Administração Despesa Administrativa realizada: R\$ 186.127,34 Relatório Mensal de Taxa Administrativa do Sistema de Contabilidade Pública: R\$ 186.127,34



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.7 Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)

2.7.2 Atos de Pessoal

Ponto de Controle 2.7.2.3 – Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – envio ao TCE

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.7.2.3	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – envio ao TCE	RELGES – Relatório de gestão Consulta dos processos ao site do TCEES Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Em análise ao Relatório de Gestão – RELGES, em consulta a Remessa Concessão de benefícios encaminhada via Sistema CidadES verifica-se que no exercício de 2023, foram encaminhados 14 processos de aposentadoria para fins de registro no TCEES.	Listagem de Processos encaminhados para fins de registro ao TCEES: Remessa Concessão de benefícios com total de 14 registros de Aposentadorias enviados ao TCEES durante o exercício: 6383/2023-8 6453/2023-1 6552/2023-8 6632/2023-3 6719/2023-1 6815/2023-5 6817/2023-4 6816/2023-1 7477/2023-7 7538/2023-1 7539/2023-4 750/2024-1 749/2024-9 751/2024-6



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.7.2.4 – Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – apreciação do controle interno						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.7.2.4	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – apreciação do controle interno	RELGES – Relatório de gestão Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES Análise dos Pareceres concedidos para fins de Aposentadoria pelo Controle Interno.	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer	Em análise ao Relatório de Gestão – RELGES, em confronto com os Pareceres emitidos pela Controladoria, e a Remessa Concessão de benefícios via Sistema Cidades, verifica-se que no exercício de 2023, todos os processos de Aposentadoria foram submetidos ao órgão de controle interno para emissão de parecer.	RELGES – Relatório de gestão Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES Análise dos Pareceres concedidos para fins de Aposentadoria pelo Controle Interno. Foram emitidos pelo Controle interno o total de 15 pareceres de Aposentadoria no exercício de 2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.7.2.5 – Registro de Pensões – envio ao TCE

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.7.2.5	Registro de Pensões – envio ao TCE	RELGES – Relatório de gestão Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES	CRFB /88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Verificação documental do Relatório de Gestão – RELGES e dos Atos de concessão de benefícios via Sistema Cidades ao qual não constam concessões de benefícios de pensão por morte no exercício de 2023.	Verificação documental do Relatório de Gestão – RELGES e dos Atos de concessão de benefícios via Sistema Cidades ao qual não constam concessões de benefícios de pensão por morte no exercício de 2023.

Ponto de Controle 2.7.2.6 – Registro de Pensões – apreciação do controle interno

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.7.2.6	Registro de Pensões – apreciação do controle interno	RELGES – Relatório de gestão Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Verificação documental do Relatório de Gestão – RELGES e dos Atos de concessão de benefícios via Sistema Cidades ao qual não constam concessões de benefícios de pensão por morte no exercício de 2023.	Verificação documental do Relatório de Gestão – RELGES e dos Atos de concessão de benefícios via Sistema Cidades ao qual não constam concessões de benefícios de pensão por morte no exercício de 2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.13	Da análise dos demonstrativos BALFIN – Balanço Financeiro, DEMVAP – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita e BALEXOD – Balancete Orçamentário da despesa, verifica-se que no exercício de 2023, a Unidade gestora apresentou insuficiência financeira reduzindo a formação de reservas com a utilização do rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas a amortização do déficit atuarial do RPPS Apuração de Insuficiência financeira no valor de R\$ 3.411.238,98	Alerta a Unidade gestora quanto à necessidade de apurar mensal a insuficiência financeira que está causando o Desequilíbrio Financeiro do RPPS.	Em andamento
1.2.14	Considerando análise contábil realizada, apurou-se que o Instituto de Previdência - ÁGUA BRANCA PREV apresenta desequilíbrio financeiro no exercício de 2023. Registra-se que foi realizado transferência financeiras, isto é, Complementação de insuficiência financeira no valor de R\$ 113.578,23 (cento e treze mil reais e quinhentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos) pelo ente municipal, no entanto, verifica-se que se demonstrou insuficiente a cobertura do déficit financeiro. Desse modo, é imprescindível a necessidade urgente da adoção de medidas com vistas a promover o reequilíbrio financeiro do RPPS.	Alerta a Unidade gestora quanto à necessidade de adotar medidas urgentes para fins de promover o Equilíbrio financeiro do RPPS.	Em andamento

Após análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual do exercício de 2023, verifica-se que foram constatados achados referente aos pontos de controle 1.2.13 e 1.2.14 da Tabela Referencial 01 da Instrução Normativa 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Reputa-se a necessidade de **ALERTAR** a Unidade gestora quanto à adoção de medidas urgentes para fins de promover o Equilíbrio financeiro do RPPS, com a finalidade de realizar a Cobertura do Déficit Financeiro apontado nesta manifestação.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual da Unidade Gestora – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca elaborada sob a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

responsabilidade do Ordenador de Despesa - Gilvani Pereira Rosa, relativo ao exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no **item 1.1** desta manifestação, em relação a IN 68/2020 do TCEES, e os documentos componentes da Prestação de Contas Anual apresentados a esta Unidade Central de Controle Interno, a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVA.**

No tocante a ressalva, reputa-se que se refere aos achados 1.2.13 e 1.2.14 constante nas proposições elencadas no **item 1.2** deste RELUCI.

Águia Branca/ES, 25 de março de 2024.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021